

CIES e-Working Paper N.º 227/2020

**Refugiados em Portugal nos inícios do Estado Novo: movimento,
controlo e repressão policial no contexto da Guerra Civil de
Espanha (1936-1939)**

Fábio Alexandre Faria

CIES e-Working Papers (ISSN XXXX)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte-iul.pt

Fábio Alexandre Faria é licenciado em História Moderna e Contemporânea e mestre em História Moderna e Contemporânea, especialidade em Relações Internacionais, pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, com a dissertação “*Circulações Internacionais e Liberalismo. O Exílio Liberal Português, 1828-1832*”. Em 2014 foi bolseiro de investigação no projeto “*Controlo Social e Política Penal no Liberalismo Português, Reformas Nacionais, Circulações Transnacionais, c. 1820-1867*”. É atualmente bolseiro de doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/114813/2016) em História Moderna e Contemporânea, especialidade em Defesa e Relações Internacionais, tendo como instituição de acolhimento o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES – IUL). É autor dos artigos “*O Exílio Liberal Português de 1828-1832, um Fenómeno Multidimensional: Práticas Sociais e Culturais e Refugiados em Portugal. Fronteira e Vigilância no Tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*”. Participou no Congresso Internacional «Terra(s) de Sefarad: Diásporas, Identidade e Globalização», realizado em Bragança, em junho de 2019, com a comunicação “*Refugiados em Portugal. A Ação Repressiva do Regime Salazarista no Contexto da Guerra Civil de Espanha*”, e no Encontro Ciência 2019, com a exibição do poster “*A Repressão Policial Portuguesa aos Refugiados no Contexto da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*”. Em outubro de 2019 participou na Conferência Internacional «The Universe(s) of Refugees: Rethinking Forced Migration» com a comunicação “*Refugiados em Portugal. Controlo e Repressão no Contexto da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*” e no Congresso Internacional «História, Identidade e Património da(s) Polícia(s)» com a comunicação “*A Atuação das Forças Policiais Portuguesas na Repressão aos Refugiados da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*”. Em novembro de 2019 participou no XXXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social “*Circulações: Entre o Local e o Global*”, em Faro, com a comunicação “*Refugiados em Portugal. Repressão e Controlo no Contexto da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*”.

RESUMO

O presente *working paper* pretende analisar a presença de refugiados em Portugal durante o período da Guerra Civil de Espanha, do ponto de vista da vigilância e da repressão que lhes foram movidas pelas autoridades policiais portuguesas, receando o regime salazarista que a população contactasse, de uma forma geral, com os estrangeiros, muitas vezes vistos como portadores de ideias entendidas como subversivas e que poderiam colocar em perigo a segurança e a ordem internas. Neste contexto, aborda-se ao longo deste artigo o aparelho de

vigilância fronteira que se encontrava em funcionamento nos inícios do Estado Novo, o qual constituía a primeira barreira à entrada de cidadãos indesejáveis em Portugal, assim como as principais dificuldades enfrentadas pelas autoridades portuguesas no exercício dessa vigilância, nomeadamente a carência de efetivos, que levava à elaboração de diversos pedidos, solicitando o reforço de diversos postos de vigilância, resultando numa colaboração mais estreita entre as diferentes forças policiais. Neste sentido, este artigo pretende abrir novas perspetivas no domínio do estudo do fenómeno do refúgio em Portugal no contexto de um regime ditatorial e repressivo.

Palavras-chave: refugiados, repressão, fronteira, Guerra Civil de Espanha.

ABSTRACT

This working paper has as objective to analyze the presence of refugees in Portugal during the period of the Civil War of Spain, from the point of view of the surveillance and the repression that were moved to them by the Portuguese police authorities, fearing the salazarist regime that the population contacted, in general, with foreigners, often seen as carriers of ideas understood as subversive and that could endanger internal security and order. In this context, this article deals with the border surveillance apparatus that was in operation at the beginning of the *Estado Novo*, which was the first barrier to entry of undesirable citizens in Portugal, as well as the main difficulties faced by the Portuguese authorities in the exercise of such surveillance, in particular the shortage of personnel, which led to the elaboration of several requests, requesting the reinforcement of several surveillance posts, resulting in a closer collaboration between the different police forces. In this sense, this article intends to open new perspectives in the field of study of the refuge phenomenon in Portugal in the context of a dictatorial and repressive regime.

Keywords: refugees, repression, border, Spanish Civil War.

Introdução

Com as recentes vagas de refugiados que chegaram à Europa vindos da Síria, a atenção da comunidade internacional voltou-se novamente para este movimento populacional, fenómeno que já havia tido um grande impacto ao longo do século XX, sobretudo durante a sua primeira

metade, na sequência de conflitos armados como a I Guerra Mundial (1914-1918), a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) e a II Guerra Mundial (1939-1945)¹. Sobre a fuga destes refugiados dos lugares aonde se sentiam ameaçados e a consequente chegada e permanência em países de acolhimento, já muitos autores, particularmente ligados à História e à Antropologia, dedicaram diversos estudos. Através destes podemos conhecer a realidade da fuga dos perseguidos pelo regime nazi, a partir de 1933, ano da ascensão de Hitler, e o final da II Guerra Mundial, em 1945, que, na esperança de se salvarem, andaram um pouco por todo o mundo, desde Shanghai até à América Latina, passando, evidentemente, pela Europa, contactando estes com diversos tipos de regimes políticos nos países por onde passaram, o que influenciou a forma como foram acolhidos². A passagem de refugiados da II Guerra Mundial por Portugal também tem despertado a atenção de diversos autores, nacionais e estrangeiros, que classificam o país como um país de trânsito utilizado por estes indivíduos para chegar a outros territórios, especialmente ao continente americano³. Sobre os refugiados espanhóis republicanos, os estudos existentes centram a sua atenção na presença destes indivíduos nos países fronteiriços com Espanha, ou seja, Portugal e França, e na América Latina, onde estes chegaram em maior número e encontraram maiores facilidades em termos linguísticos e conterrâneos já estabelecidos, fruto de emigrações anteriores⁴.

Portugal, apesar de ter um regime de carácter autoritário, pouco favorável à presença de elementos estrangeiros que considerava indesejáveis, também foi um dos países onde se acolheram e circularam refugiados provenientes dos dois conflitos bélicos que assolaram a Europa nos finais da década de 1930 e inícios da década de 1940. O fenómeno do refúgio em Portugal nos inícios do Estado Novo já foi alvo de estudo por parte de diversos académicos.

¹ Maurras, Michael Robert (2002), *The Unwanted: European Refugees from the First World War through the Cold War*, New York, Temple University Press.

² Bei, Gao (2013), *Shanghai Sanctuary. Chinese and Japanese Policy toward European Jewish Refugees during World War II*, Oxford, Oxford University Press; Newton, Ronald C. (1982), “Indifferent Sanctuary: German-Speaking Refugees and Exiles in Argentina, 1933-1945”, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 4, Center for Latin American Studies at the University of Miami, pp. 395-420; Tammes, Peter (2007), “Jewish Immigrants in the Netherlands during the Nazi Occupation”, *The Journal of Interdisciplinary History*, 4, Massachusetts, Institute of Technology Press, pp. 543-562; Holfter, Gisela (ed.) (2006), *German-speaking Exiles in Ireland, 1933-1945*, Amsterdam/New York, Rodopi.

³ Pimentel, Irene Flunser (2006), *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em Fuga de Hitler e do Holocausto*, Lisboa, Esfera dos Livros; Schaefer, Ansgar (2014), *Portugal e os Refugiados Judeus Provenientes do Território Alemão, 1933-1940*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra; Milgram, Avraham (2010), *Portugal, Salazar e os Judeus*, Lisboa, Gradiva.

⁴ Dreyfus-Armand, Geneviève (2000), *El Exilio Republicano en Francia*, Barcelona, Editorial Critica; Ortuño Martínez, Bárbara (2010), *El Exilio y la Emigración Española de Posguerra en Buenos Aires, 1936-1956*, Tesis Doctorales, Alicante, Universidad de Alicante; Schwarzstein, Dora (2001), *Entre Franco y Perón. Memoria e Identidad del Exilio Republicano Español en Argentina*, Barcelona, Editorial Critica.

Neste sentido, a presença de refugiados da Guerra Civil de Espanha foi maioritariamente estudada pelos antropólogos Dulce Simões e Luís Cunha, que se dedicaram à análise do fenómeno na região do Alentejo, do ponto de vista da solidariedade e da resistência raianas e da memória social, tendo estado também na base de algumas dissertações de mestrado, entre as quais se destacam a de Maria Fernanda Candeias e de Moisés Lopes, que se debruçam sobre a vigilância na fronteira e a passagem destes espanhóis nesta região, tema que foi igualmente abordado em diversos artigos⁵. Por seu turno, outros autores, ao estudarem a Guerra Civil de Espanha e as relações entre os dois países ibéricos durante esse período, também abordam a passagem de refugiados republicanos por Portugal, de quem são exemplo Iva Delgado e César Oliveira⁶.

A primeira década de existência do regime salazarista, o autodenominado Estado Novo, ficou marcada pela entrada e presença, muita vezes indesejada, de estrangeiros, a maioria dos quais se encontrava em fuga da repressão que lhes era movida pelos recém-instituídos regimes autoritários, nomeadamente o fascismo italiano e o nazismo alemão. Para além de pretenderem escapar a essa perseguição, muitos outros estrangeiros que entravam em Portugal, particularmente pela via clandestina, tentavam fugir aos perigos dos grandes conflitos bélicos que assolaram a Europa, quase em simultâneo, nas décadas de 30 e de 40 do século XX, a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial.

Sendo um regime político autoritário, fechado e receoso do contacto com o exterior, o Estado Novo pretendeu travar esse ímpeto de entradas em território nacional, sobretudo a partir do início do conflito espanhol, sentindo-se ameaçado pelo que considerava ser o “perigo vermelho”, ou seja, a ideologia comunista que vinha a ganhar cada vez mais adeptos em Espanha, particularmente visível na vitória da Frente Popular nas eleições espanholas de fevereiro de 1936, e em Portugal. No entanto, muitos estrangeiros conseguiram ultrapassar as medidas de segurança e de controlo desenvolvidas pelo regime português e entraram em Portugal, permanecendo no país durante vários meses ou anos.

⁵ Simões, Dulce (2016), *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola. Resistências, Solidariedades e Usos da Memória*, Lisboa, Edições Colibri; Cunha, Luís (2006), *Memória Social em Campo Maior*, Lisboa, Dom Quixote; Candeias, Maria Fernanda (1997), *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Lopes, Moisés (2017), *Refugiados Espanhóis em Portugal (1936-1938): o Caso de Elvas*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Faria, Fábio (2017), “Refugiados em Portugal, Fronteira e Vigilância no Tempo da Guerra Civil de Espanha”, *Revista Portuguesa de História*, 48, Coimbra, pp. 61-84.

⁶ Delgado, Iva (1980), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América; Oliveira, César (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal.

Na repressão exercida pelo regime salazarista para controlar a entrada e a permanência de estrangeiros indesejáveis em Portugal foi especialmente importante a ação da PVDE, a polícia política do regime criada em agosto de 1933, em colaboração com as restantes forças policiais, nomeadamente a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Fiscal, muitas vezes requisitadas para reforçar os postos de vigilância fronteiriços e para participar em diversas buscas realizadas com o intuito de tentar capturar os refugiados espanhóis que se ocultavam nas zonas montanhosas portuguesas, os quais procuravam assim evitar serem entregues às forças nacionalistas de Francisco Franco, contando, por vezes, com a conivência da população raiana portuguesa.

A atitude do governo português perante a chegada de refugiados espanhóis deve ser entendida num quadro mais amplo de apoio prestado pelo regime salazarista à facção franquista e, conseqüentemente, de oposição à corrente republicana. No contexto da Guerra Civil, Portugal mostrou-se próximo da corrente nacionalista, embora de forma não oficial, ao contrário de países como a Alemanha e a Itália, que apoiaram diretamente e participaram nos confrontos, ao passo que a União Soviética prestou auxílio à facção republicana. Na linha do antagonismo que Portugal vinha a manifestar relativamente à situação política em Espanha, sobretudo desde abril de 1931, data da instauração da II República, o regime salazarista auxiliou a corrente nacionalista a vários níveis, nomeadamente a autorização para que elementos nacionalistas pudessem circular livremente no espaço português; a conivência com a passagem de armamento e transporte alemão e italiano por Portugal; o fornecimento de alimentos, de armas e de munições aos sublevados; o envio de portugueses destinados a engrossar as fileiras nacionalistas, os “Viriatos”; o desenvolvimento de uma propaganda na imprensa e na rádio favorável à facção franquista e condenatória do programa republicano; o financiamento e a concessão de créditos na banca portuguesa; a vigilância e a entrega de refugiados republicanos a Franco (Oliveira, 1995: 50-51).

Estrangeiros em Portugal nos inícios do Estado Novo: uma tentativa de quantificação

Observou-se, durante os primeiros anos de existência do Estado Novo, a presença de um considerável número de estrangeiros, a maioria dos quais era de nacionalidade espanhola, o que se explica, em parte, pela proximidade geográfica existente entre Portugal e Espanha, o que facilitava que muitos espanhóis transpusessem a fronteira luso-espanhola, por via terrestre, marítima ou aérea, em turismo ou por questões profissionais.

Entre 1934 e 1938, conforme consta de um relatório elaborado pelo diretor da PVDE, capitão Agostinho Lourenço, e publicado em julho de 1939, no conjunto das três fronteiras, entraram 222 759 estrangeiros em Portugal e saíram 223 930, o que significou mais 1 171 saídas do que entradas. O facto de se terem verificado mais saídas do que entradas evidencia, desde logo, a preocupação das autoridades portuguesas em manter a população estrangeira afastada do território nacional, a que não foi estranho o aumento da repressão desenvolvida no contexto da Guerra Civil de Espanha⁷.

A fronteira terrestre foi a via preferencial para os estrangeiros que pretendiam entrar em Portugal, seguindo-se a fronteira marítima e a fronteira aérea. Ao longo do período mencionado, entraram 152 863 estrangeiros pela fronteira terrestre e saíram 147 977 (saldo positivo de 4886 indivíduos), entraram 67 045 estrangeiros pela fronteira marítima, tendo saído 73 122 (saldo negativo de 6077 indivíduos), e entraram 2 851 estrangeiros pela fronteira aérea e saíram 2 831 (saldo positivo de 20 indivíduos).

A fronteira terrestre foi especialmente procurada como via de entrada em Portugal ao longo de 1935, ano que registou o maior número de entradas, num total de 46 078 indivíduos estrangeiros, bem como o maior número de saídas, as quais chegaram aos 45 421 indivíduos. O segundo ano mais movimentado em termos de entradas e de saídas de estrangeiros pela fronteira terrestre foi 1934, contabilizando-se 43 549 entradas e 41 981 saídas, o que significou uma fixação positiva de 1478 indivíduos. Seguiu-se o ano de 1936, que contou com 34 472 entradas e 35 782 saídas de estrangeiros, o que resultou num saldo negativo de 1310 cidadãos não portugueses. Ao longo do período da Guerra Civil de Espanha observou-se uma tendência decrescente no número de entradas e de saídas de indivíduos estrangeiros de Portugal. De 1936, ano de início do conflito espanhol, para 1937 esses números diminuíram para cerca de metade, registando-se, neste último ano, 17 899 entradas e 14 558 saídas, totalizando a maior fixação positiva verificada ao longo deste período (3341 indivíduos). O ano de 1938 apresentou os números mais baixos registados ao longo deste período, ficando-se pelas 10 995 entradas e pelas 10 235 saídas (saldo positivo de 720 indivíduos).

No caso das entradas e das saídas de cidadãos estrangeiros pela fronteira marítima, observou-se uma ligeira diminuição de 1934 para 1935. No primeiro ano contabilizaram-se 10 992 entradas e 10 457 saídas, ao passo que em 1935 esses números ficaram-se pelas 10 738 entradas e 10 111 saídas. Contrariamente ao que se verificou no caso da fronteira terrestre, o

⁷ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Direção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços Centrais, N° 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

número de estrangeiros que entraram e saíram de Portugal pela fronteira marítima ao longo de 1936 aumentou substancialmente, registando-se 16 135 entradas e 15 267 saídas, o que se justifica pelo facto de a nacionalidade espanhola não ser a mais representada entre todas as que tiveram expressão neste contexto, mas sim a inglesa. O número relativo às entradas voltou a baixar em 1937, ano em que se verificaram 10 748 entradas, tendo havido um ligeiro aumento no número de saídas, o qual se quedou pelos 15 420 registos. Em 1938, os números relativos às entradas e às saídas de estrangeiros voltaram a sofrer um aumento, sendo mais significativo o respeitante às entradas. Com efeito, ao longo desse ano entraram 14 734 estrangeiros e saíram 16 212. Estes dois últimos anos foram os que apresentaram um saldo negativo de fixação de cidadãos estrangeiros que entraram e saíram pela fronteira marítima. Em 1937 saíram mais 4 672 estrangeiros do que entraram e em 1938 verificaram-se mais 1 185 saídas do que entradas.

Relativamente ao movimento de estrangeiros na fronteira aérea, os dados disponíveis no citado relatório da PVDE dizem respeito aos anos de 1936 a 1938, os quais revelam o reduzido movimento que se desenrolou nessa fronteira, tendo este aumentado de ano para ano. Em 1936 contaram-se 519 entradas e 496 saídas, números que subiram para as 821 entradas e para as 923 saídas no ano seguinte, observando-se um novo aumento em 1938, quando se registaram 1 511 entradas e 1 112 saídas. Estes números podem ser observados no quadro apresentado abaixo.

Quadro 1 – Movimento total de estrangeiros nas fronteiras portuguesas (1934-1938)

Fronteira	Entradas	Saídas	Saldo
Terrestre	152 863	147 977	4 886
Marítima	67 045	73 122	-6 077
Aérea	2 851	2 831	20
Total	222 759	223 930	-1 171

Fonte: Elaboração do autor a partir de Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Direção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços Centrais, N° 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

A nacionalidade espanhola foi a mais representada entre todas as que passaram por Portugal ao longo dos primeiros anos do Estado Novo. Com efeito, entre 1934 e 1938 entraram 116 716 e saíram 111 266 espanhóis pela fronteira terrestre; pela fronteira marítima entraram 9 144 e saíram 13 610 espanhóis; a fronteira aérea contemplou a entrada de 867 e a saída de

710 espanhóis. No total, neste espaço de cinco anos, entraram 126 727 e saíram 125 586 cidadãos espanhóis de Portugal.

Merecem especial atenção os valores referentes às entradas e às saídas de espanhóis pela fronteira marítima, uma vez que foi a única fronteira que apresentou um saldo negativo (- 4 466), fruto da superiorização das entradas em relação às saídas. Tal facto poderá estar relacionado com a maior utilização da via marítima para sair de Portugal, o que permitia ter uma ligação mais direta com regiões apenas alcançáveis por mar, como era o caso da América Latina, bastante procurada pelos cidadãos espanhóis por facilidades linguísticas e pela existência de contrerrâneos que aí já se encontravam estabelecidos, o que constituía uma vantagem para uma futura inserção na sociedade do país de acolhimento.

Importa salientar outras nacionalidades que, embora se encontrassem distantes dos valores registados pelo movimento dos cidadãos espanhóis, apresentaram alguma expressão no período considerado. Neste sentido, destacam-se as nacionalidades alemã, francesa e inglesa. De entre estas três nacionalidades, foi a inglesa que registou números mais elevados, contabilizando 26 902 entradas e 26 733 saídas, seguindo-se a nacionalidade alemã, que contou com 14 764 entradas e 14 072 saídas, e a nacionalidade francesa, que totalizou 14 155 entradas e 13 963 saídas.

Fazendo o somatório dos valores destas três nacionalidades com o número de cidadãos espanhóis que entraram e saíram de Portugal entre 1934 e 1938, obtemos para este período um total de 182 548 entradas e de 180 354 saídas, o que representou 81,9% e 80,5%, respetivamente, de todas as entradas e saídas registadas. O quadro que se segue apresenta estes dados.

Quadro 2 – Principais nacionalidades representadas em Portugal entre 1934 e 1938

Nacionalidade	Entradas	Saídas
Espanha	126 727	125 586
Inglaterra	26 902	26 733
Alemanha	14 764	14 072
França	14 155	13 963
Total	182 548	180 354

Fonte: Elaboração do autor a partir de Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Direção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços Centrais, N° 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

Tendo em conta que foi pela fronteira terrestre que entrou a maioria dos cidadãos estrangeiros em Portugal, importa atentar nos postos fronteiriços da PVDE mais movimentados, no sentido de compreender quais as principais vias de entrada e de saída de Portugal.

Na altura em que foi criada a PVDE, em 1933, encontravam-se em funcionamento 17 postos de vigilância fronteiriços, a maioria dos quais localizados no distrito de Viana do Castelo. Eram estes: Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Melgaço, Peso (Melgaço), São Gregório, Vila Verde da Raia, Galegos, Barca de Alva, Vilar Formoso, Marvão/Beirã, Elvas, Mourão, Barrancos, Vila Verde de Ficalho e Vila Real de Santo António (Ribeiro, 1995: 109). Durante os primeiros anos de existência do regime salazarista, o aparelho de vigilância fronteiriço da PVDE sofreu algumas alterações, tendo sido criados novos postos.

Segundo Agostinho Lourenço, redator do relatório que temos vindo a citar, em 1939 a PVDE contava com um aparelho de vigilância fronteiriço que englobava 22 postos, a saber: Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Peso (Melgaço), São Gregório, Vila Verde da Raia, Portelo, Quintanilha, Barca de Alva, Vilar Formoso, Segura, Beirã (Marvão), Galegos, Campo Maior, Elvas (Caia e Estação), Mourão, Barrancos, Sobral da Adiça, Ficalho e Vila Real de Santo António⁸. Sendo assim, verificamos que, em comparação com 1933, foram criados postos em Portelo, Quintanilha, Segura, Campo Maior, Elvas (Caia) e Sobral da Adiça, tendo deixado de funcionar o posto que se encontrava localizado em Melgaço. Já Maria da Conceição Ribeiro aponta que durante o período da Guerra Civil de Espanha foram criados postos em Zebreira, Sobral da Adiça, Campo Maior, Caia, Quintanilha, Portelo, Bragança, Sintra e Moura (Ribeiro, 1995: 299).

Ao longo do período cronológico que temos vindo a abordar, os postos de vigilância mais movimentados encontravam-se localizados sobretudo nas regiões norte e alentejana. Neste contexto, destacavam-se os postos de Valença, Vilar Formoso, Vila Real de Santo António, Beirã, Elvas, Caia e Ficalho. No total, entre 1935 e 1938, entraram em Portugal por estes 7 postos 100 137 estrangeiros, tendo saído pelos mesmos locais 96 241 cidadãos não portugueses.

Quadro 3 – Total de entradas e de saídas de cidadãos estrangeiros pelos principais postos fronteiriços entre 1935 e 1938

⁸ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Direção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços Centrais, N° 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), p. 25.

Postos	Anos							
	1935		1936		1937		1938	
	E	S	E	S	E	S	E	S
Valença	12 887	12 859	9 765	9 802	7 537	3 527	5 085	3 358
Vilar Formoso	7 888	7 893	5 148	5 558	2 472	3 054	3 278	3 911
Vila Real de Santo António	2 945	3 031	4 175	4 807	2 359	2 400	859	980
Beirã	7 637	7 260	3 871	3 538	657	17	0	2
Elvas	3 523	3 420	2 204	2 264	411	634	333	397
Caia	4 283	3 554	4 552	5 169	3 239	3 714	1 362	1 497
Ficalho	1 778	1 862	1 203	1 046	669	672	17	15
Total	40 941	39 879	30 918	32 184	17 344	14 018	10 934	10 160

Fonte: Elaboração do autor a partir de Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Direção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços Centrais, N° 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

O posto de Valença, localizado no distrito de Viana do Castelo, foi o mais movimentado durante os primeiros anos de vigência da PVDE, num total de 35 274 entradas e de 29 546 saídas. Observou-se um decréscimo contínuo nos valores de entradas e de saídas, entre 1935 e 1938, registando-se os maiores números em 1935, com 12 887 entradas e 12 859 saídas.

Seguiu-se o posto de Vilar Formoso, situado no distrito da Guarda, que contabilizou 18 786 entradas e 20 416 saídas, razão pela qual se verificou uma superiorização dos estrangeiros que saíram por este posto em relação aos que entraram. Observou-se uma redução nos valores das entradas e das saídas, à exceção de 1938, ano em que, comparativamente ao anterior, os números aumentaram. Novamente, os valores mais elevados foram registados ao longo de 1935, durante o qual se contabilizaram 7 888 entradas e 7 893 saídas, sendo que em todos os anos as saídas de estrangeiros foram sempre superiores às entradas.

O terceiro posto mais movimentado foi o de Caia, localizado no distrito de Portalegre, o qual registou 13 436 entradas e 13 934 saídas, tendo estas sido ligeiramente superiores às entradas. Os números mais altos foram verificados em 1936 (4 552 entradas e 5 169 saídas), tendo os mesmos decrescido nos anos seguintes.

Seguiu-se o posto de Beirã, também localizado no distrito de Portalegre. Este posto contabilizou 12 165 entradas e 10 817 saídas, cujos valores mais elevados foram registados em 1935, com 7 637 entradas e 7 260 saídas, tendo estes números descido drasticamente até 1938.

O quinto posto com mais movimento foi o de Vila Real de Santo António, o posto localizado mais a sul, no distrito de Faro, por onde entraram 10 338 estrangeiros e saíram 11 218, tendo sido as saídas superiores às entradas. Os valores mais elevados foram registados em 1936, que contou com 4 175 entradas e 4 807 saídas, tendo aumentado em comparação com o ano anterior e decrescido a partir de então.

Seguiu-se o posto de Elvas, situado no distrito de Portalegre, o qual totalizou 6 471 entradas e 6 715 saídas, sendo, mais uma vez, as últimas superiores às primeiras. Os números mais elevados foram verificados em 3 523 entradas e 3 420 saídas, valores que conheceram um decréscimo consecutivo entre 1935 e 1938.

O último posto mais movimentado localizava-se no distrito de Beja, o posto de Vila Verde de Ficalho, e contabilizou 3 667 entradas e 3 595 saídas, sendo que o ano em que se verificou um maior número de entradas e de saídas foi 1935, 1778 e 1 862, respetivamente, tendo os números apresentados decrescido até 1938.

Observou-se, ao longo do período em consideração, uma redução de ano para ano no número de entradas e de saídas de estrangeiros pelos postos fronteiriços referidos, o que se justifica pelo aumento da vigilância e da repressão que se verificou com o início da Guerra Civil de Espanha e na sequência do atentado perpetrado contra Salazar, a 4 de julho de 1937, tornando-se mais difícil a entrada de estrangeiros em Portugal. Com efeito, como refere o capitão Agostinho Lourenço, a partir da segunda metade de 1936 «[...] as passagens de fronteira se tornaram muito mais difíceis e fiscalizadas sob novos aspetos [...]»⁹.

Esta maior atenção das autoridades portuguesas às fronteiras nacionais, sobretudo à fronteira terrestre, uma vez que esta era a principal via de entrada, traduziu-se num decréscimo acentuado no número de estrangeiros que entraram e saíram de Portugal. Esta situação foi mais evidente de 1936 para 1937, altura em que se assistiu a uma redução para cerca de metade dos estrangeiros que deram entrada e saída do país através dos 7 postos mais movimentados. Se em 1936 entraram 30 918 estrangeiros e saíram 32 184, em 1937 entraram 17 344 e saíram 14 018

⁹ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Direção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços Centrais, N° 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), p. 27.

estrangeiros, tendo sido apenas em 1936 que saíram mais estrangeiros do que aqueles que entraram por estes postos.

Esta diferença negativa reflete a predominância que a fronteira terrestre e a nacionalidade espanhola assumiu no contexto da movimentação de estrangeiros em Portugal, uma vez que foi no ano do deflagrar do conflito espanhol que se verificaram mais saídas do que entradas por essa via. No entanto, no total das três fronteiras, o ano que registou uma maior superiorização das saídas relativamente às saídas foi 1937, verificando-se uma diferença de 3 390 indivíduos, muito por força do que se observou ao nível da movimentação na fronteira marítima, tendo saído mais 6 629 estrangeiros do que aqueles que entraram.

O início da Guerra Civil de Espanha e a atenção das autoridades à fronteira portuguesa

Com o início da Guerra Civil de Espanha, a 18 de julho de 1936, as autoridades portuguesas passaram a estar mais atentas ao movimento de cidadãos nacionais e de estrangeiros nas fronteiras, particularmente na fronteira terrestre, principal via de comunicação com Espanha. No entanto, essa maior atenção do governo português à fronteira luso-espanhola, apesar de se ter desenvolvido essencialmente no contexto do conflito espanhol, já vinha a manifestar-se nos anos anteriores. Neste sentido, os governos da Ditadura Militar e, posteriormente, do Estado Novo mostraram-se atentos à movimentação de republicanos, comunistas e anarquistas portugueses na fronteira terrestre com Espanha, os quais se encontravam exilados nesse país e também em França, a partir de onde procuravam encontrar formas para derrubar o regime a que se opunham (Clímaco, 2017).

Em sentido contrário, ou seja, no sentido exterior-interior, a vitória da Frente Popular, uma coligação de partidos republicanos, socialistas e comunistas, nas eleições espanholas de 16 de fevereiro de 1936, provocou a vinda para Portugal de espanhóis opositores do governo recém-eleito, aumentando também o receio por parte das autoridades portuguesas relativamente à possível entrada de elementos e propaganda considerados subversivos, isto é, comunistas. Com efeito, num documento não datado e não assinado, mas que pelo seu conteúdo se pode concluir ter sido produzido na década de 1930, possivelmente no contexto da vitória da Frente Popular nas eleições de fevereiro, o seu autor expressava precisamente esse temor. O autor deste documento acreditava que a implantação do comunismo em Espanha teria importantes reflexos em Portugal, uma vez que a sua ação projetar-se-ia nos meios operário,

camponês e militar. Como tal, tornava-se imprescindível a adoção de medidas de precaução na fronteira com o objetivo de impedir a entrada de elementos, de propaganda e de material de guerra comunistas¹⁰.

Apesar de mostrarem preocupadas com a movimentação na fronteira terrestre, as autoridades portuguesas tiveram de enfrentar um problema que colocava em causa a concretização das suas funções, o qual se prendeu com a carência de efetivos. De facto, como bem refere Maria Fernanda Candeias, «As forças responsáveis pela manutenção da paz eram manifestamente insuficientes aquando da deflagração do conflito em Espanha. As diferentes forças policiais: Guarda Nacional Republicana, Guarda Fiscal e Polícia de Segurança Pública, várias vezes declararam a sua incapacidade em controlar a vigilância da extensa área fronteiriça com Espanha.» (Candeias, 1997: 40).

Esta carência foi, aliás, notada por Leone Santoro, responsável máximo pela Missão Italiana de Polícia em Portugal, solicitada por Salazar após sofrer um atentado nos inícios de julho de 1937, a qual se destinava a analisar o funcionamento e o comportamento das diversas forças policiais portuguesas. Nos relatórios elaborados em junho de 1938 e em abril de 1940, Leone Santoro considerava que a vigilância sobre os estrangeiros e a vigilância das fronteiras eram insuficientes, sendo que neste último caso, a vigilância existia apenas ao nível dos postos de trânsito obrigatório; que deveria ser reforçada a colaboração entre as diversas forças policiais, tais como PVDE, PSP, GNR, Polícia de Trânsito, Polícia Marítima e Guarda Fiscal; que os agentes e os oficiais da polícia política se encontravam mal preparados (Ribeiro, 1995: 154). Tendo em conta este cenário, eram frequentes as queixas das autoridades portuguesas relativamente à falta de homens e de meios materiais para levar a cabo uma eficaz vigilância da fronteira terrestre, mesmo antes de se iniciar o conflito espanhol, embora tenha sido durante o mesmo que esta situação foi mais evidente.

No já citado documento, produzido na década de 1930, o autor chamava a atenção para os problemas que a Guarda Fiscal tinha de enfrentar no desempenho da sua missão de vigilância da fronteira: «[...] Não se pensa sequer nos seus efetivos limitados, na densidade de ocupação na linha fronteiriça (1 homem por quilómetro) e na incapacidade de muitos dos seus homens. [...] Julga-se pois conveniente chamar a atenção de quem de direito, para a eventualidade – que pode surgir de um momento para o outro – desta Guarda ter a seu cargo a vigilância da fronteira com os deficientes efetivos de que dispõe e meios de ação antiquados a fim de se

¹⁰ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, CO/FI-25, pt. 1. Reflexões sobre a vigilância da fronteira.

tomarem a tempo as providências necessárias, e assim, deferir-se para outros elementos armados (Exército) ou cooperar esta Guarda com eles, de forma que essa vigilância se possa tornar eficaz, e responsabilizando-se aqueles a quem está incumbida uma tão alta e patriótica missão.»¹¹.

Esta situação mereceu especial atenção durante a Guerra Civil de Espanha, uma vez que foi nos meses iniciais do conflito que um maior número de espanhóis procurou escapar de Espanha e encontrar em Portugal um lugar seguro, razão pela qual as autoridades portuguesas sentiram maiores dificuldades no desempenho das suas funções de vigilância e de repressão aos indivíduos que consideravam indesejáveis. Geralmente, as forças policiais aliavam ao problema da carência de efetivos o problema das vastas áreas que tinham de fiscalizar.

Com efeito, nos inícios de setembro de 1936, a secção da Guarda Fiscal localizada em Melgaço remetia um ofício ao comandante da sua Companhia onde se queixava do facto de a fiscalização em Castro Laboreiro ser realizada por apenas três praças. Assim sendo, e tendo em conta a extensão da área abrangida, o comandante desta secção entendia que a vigilância era deficiente e que esta só poderia melhorar caso fosse colocado um destacamento de praças da GNR nessa localidade¹², por forma a haver uma mais estreita colaboração entre as diferentes forças policiais.

Mais a sul, também se verificava que a vigilância feita aos refugiados espanhóis era realizada de forma muito pouco eficiente. Nos inícios de outubro de 1936, o comandante geral da GNR, o general Augusto Manuel Farinha Beirão, redigiu um ofício dirigido ao ministro do Interior onde entendia que o serviço de vigilância era bastante deficiente. Como exemplo para esta situação, este comandante apresentava o caso do serviço de vigilância que estava a ser exercido por apenas 16 praças da GNR a mais de 700 refugiados espanhóis, os quais se encontravam perto da fronteira de Barrancos¹³. Observamos neste caso que, em média, cada uma destas 16 praças estava encarregue de vigiar cerca de 44 espanhóis. Perante estas dificuldades, eram constantes os pedidos de reforço dos postos de vigilância.

¹¹ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, CO/FI-25, pt. 1. Reflexões sobre a vigilância da fronteira.

¹² Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 8/3, Cópia do ofício dirigido pelo Comandante da Secção da Guarda Fiscal de Melgaço, ao seu Comandante de Companhia, de 7 de setembro de 1936.

¹³ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 480, pt. 5/65, Ofício do General Augusto Manuel Farinha Beirão para o ministro do Interior, de 7 de outubro de 1936.

O reforço da vigilância fronteiriça no contexto da Guerra Civil de Espanha

Em virtude desta escassez de meios humanos para garantir uma eficaz vigilância da fronteira terrestre, muitas vezes as autoridades administrativas e as autoridades policiais viram-se obrigadas a redigir ofícios onde apelavam ao reforço dos postos de vigilância fronteiriços e do número de efetivos nos espaços onde se suspeitava que pudessem estar escondidos mais refugiados espanhóis.

No dia imediatamente a seguir ao início do conflito em Espanha, a 19 de julho de 1936, por determinação do Comando Geral da GNR, o Batalhão N.º 5 ordenou aos comandantes das 4.ª, 5.ª e 6.ª Companhias, que se encontravam estabelecidas nas regiões fronteiriças com Espanha, que estabelecessem um serviço de vigilância nas áreas onde atuavam, o qual deveria ser desenvolvido de acordo com os efetivos dos seus postos e em parceria com as secções da Guarda Fiscal existentes na região, no sentido de levar a cabo a melhor fiscalização possível das estradas e dos caminhos que contactavam diretamente com Espanha¹⁴.

A 6.ª Companhia estabeleceu 4 postos de vigilância: um posto em Vinhais, com 14 praças, um posto em Bragança, com 2 oficiais e 34 praças, um posto em Vimioso, com 8 praças, e um posto em Miranda do Douro, com 11 praças.

Quadro 4 – Postos da 6.ª Companhia do Batalhão 5 da GNR no início da Guerra Civil de Espanha

Postos	Efetivos
Posto N.º 1 - Vinhais	14 praças
Posto N.º 2 - Bragança	2 oficiais e 34 praças
Posto N.º 3 - Vimioso	8 praças
Posto N.º 4 - Miranda do Douro	11 praças
Total	2 oficiais e 67 praças

¹⁴ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/18, Relatório do Comandante do Batalhão 5 da GNR, Coronel Luís José da Mota, de 13 de agosto de 1936.

Fonte: Elaboração do autor a partir de Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/18, Relatório do Comandante do Batalhão 5 da GNR, Coronel Luís José da Mota, de 13 de agosto de 1936.

Destes 4 postos, apenas o de Vinhais e o de Bragança foram reforçados com 6 praças e 10 praças, respetivamente. A razão para se reforçar o posto de Vinhais prendeu-se com o facto de o terreno ser particularmente acidentado e de haver uma distância considerável entre a sede do posto e a fronteira, ao passo que o reforço do posto de Bragança se ficou a dever à extensa área que este tinha a seu cargo.

Por seu turno, a 4.^a Companhia estabeleceu 5 postos de vigilância, os quais se encontravam localizados em Figueira de Castelo Rodrigo (12 praças), em Almeida (12 praças), em Vilar Formoso (13 praças), em Souto (8 praças) e em Sabugal (13 praças).

Quadro 5 – Postos da 4.^a Companhia do Batalhão 5 da GNR no início da Guerra Civil de Espanha

Postos	Efetivos
Posto N.º 1 – Figueira de Castelo Rodrigo	12 praças
Posto N.º 2 – Almeida	12 praças
Posto N.º 3 – Vilar Formoso	13 praças
Posto N.º 4 – Souto	8 praças
Posto N.º 5 – Sabugal	13 praças
Total	58 praças

Fonte: Elaboração do autor a partir de Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/18, Relatório do Comandante do Batalhão 5 da GNR, Coronel Luís José da Mota, de 13 de agosto de 1936.

Alguns destes postos também foram fortalecidos após o início da Guerra Civil de Espanha, nomeadamente os postos de Figueira de Castelo Rodrigo e de Almeida, os quais foram reforçados com 4 praças cada, e o posto de Vilar Formoso, que contou com o reforço de 5 praças, justificando-se esta última situação com o facto de este posto ser um posto permanente de fronteira, encontrando-se esta delimitada apenas por marcos de pedra.

Por intermédio da 5.^a Companhia foram estabelecidos 5 postos de vigilância, situados em Penamacor (10 praças), em Salvaterra do Extremo (8 praças), em Zebreira (6 praças), em Rosmaninhal (8 praças) e em Malpica (8 praças).

Quadro 6 – Postos da 5.^a Companhia do Batalhão 5 da GNR no início da Guerra Civil de Espanha

Postos	Efetivos
Posto N.º 1 – Penamacor	10 praças
Posto N.º 2 – Salvaterra do Extremo	8 praças
Posto N.º 3 – Zebreira	6 praças
Posto N.º 4 – Rosmaninhal	8 praças
Posto N.º 5 – Malpica	8 praças
Total	40 praças

Fonte: Elaboração do autor a partir de Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/18, Relatório do Comandante do Batalhão 5 da GNR, Coronel Luís José da Mota, de 13 de agosto de 1936.

Relativamente ao reforço destes postos, destacaram-se os que se encontravam localizados em Salvaterra do Extremo, em Rosmaninhal e em Malpica, os quais foram reforçados com 2 praças cada, com o objetivo de vigiar permanentemente importantes pontos da fronteira.

Ainda durante o mês de julho, o comandante da Polícia de Segurança Pública de Viana do Castelo, Francisco Pimenta da Gama, atuou no sentido de reforçar postos da Polícia Internacional e da Guarda Fiscal, tendo procedido à deslocação de 22 guardas e 1 graduado. Este comandante apresentou como justificação para esse procedimento o facto de existir um grande movimento de pessoas na fronteira, tanto de espanhóis como de portugueses que eram entregues pelas autoridades franquistas por serem considerados indesejáveis, sobre os quais se entendia ser necessário existir uma rigorosa vigilância¹⁵.

No mês seguinte, a 20 de agosto, Farinha Beirão informava o Ministro do Interior que, cumprindo ordens do chefe do Estado Maior da 4.^a Região Militar, tinha procedido à

¹⁵ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/16, Ofício do Comandante da PSP de Viana do Castelo para o comando geral, de 31 de julho de 1936.

deslocação de um comboio para a região de Mourão, no qual seguiram 2 oficiais subalternos e 50 praças do Regimento de Cavalaria da GNR, em virtude de se registar a necessidade de se intensificar a vigilância fronteiriça¹⁶.

Um outro ofício, datado de 25 de agosto de 1936, foi produzido por Tomás Frago, governador civil de Viana do Castelo, um dos distritos portugueses que contou com um maior número de refugiados, dada a sua posição confinante com as províncias espanholas de Ourense e de Pontevedra, locais de onde eram originários muitos dos espanhóis que entraram em Portugal durante este período. Nesse ofício, Tomás Frago pedia ao Ministro do Interior que se procedesse a um reforço do posto da GNR que se encontrava localizado na zona de Castro Laboreiro com o objetivo de impedir a entrada no país de espanhóis armados em perseguição dos seus opositores políticos¹⁷, ou seja, o governador civil de Viana do Castelo pretendia evitar que os franquistas entrassem em Portugal em busca dos republicanos.

Perante esta solicitação devemos entender que, para além de desejar impedir que os refugiados espanhóis republicanos transpusessem a fronteira luso-espanhola em busca de refúgio, o regime salazarista queria evitar também que as tropas franquistas entrassem armadas em Portugal, o que poderia provocar medo e ansiedade nas populações raianas portuguesas, estando assim em causa garantir, em primeiro lugar a segurança e a ordem internas.

A documentação disponível consultada permite afirmar que os pedidos e os consequentes reforços dos postos de vigilância foram particularmente evidentes durante 1936, sobretudo ao longo dos primeiros meses de duração do conflito espanhol, com destaque para as regiões do Norte e do Alentejo, o que coincidiu com o período em que se registou um maior número de refugiados espanhóis em Portugal.

Segundo as conclusões da antropóloga Dulce Simões, a entrada de refugiados espanhóis em Portugal processou-se ao longo de quatro grandes momentos: «[...] o primeiro exílio massivo ocorreu na última semana de julho de 1936, quando se refugiaram no norte de Portugal carabineiros e milicianos que haviam resistido às forças sublevadas a sul da província de Pontevedra e Ourense, juntamente com civis provenientes de Tuy e Vigo [...]; o segundo momento ocorre na fronteira do Caia, resultando no êxodo republicano provocado pelos bombardeamentos e ocupação de Badajoz [...]; o terceiro fluxo verificou-se a 12 de agosto, quando os habitantes de Encinasola (afetos ao golpe militar) procuraram refúgio em Barrancos,

¹⁶ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/30, Ofício do General Augusto Manuel Farinha Beirão para o ministro do Interior, de 20 de agosto de 1936.

¹⁷ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/32, Ofício do Governador Civil de Viana do Castelo para o ministro do Interior, 25 de agosto de 1936.

e são acolhidos pelas autoridades locais [...]; o quarto êxodo massivo ocorreu na fronteira de Barrancos, após a ocupação de Oliva de la Frontera pelos sublevados, a 21 de setembro de 1936.» (Simões, 2016: 198-199).

Tendo em conta os elevados números referentes à entrada de refugiados espanhóis em Portugal, as autoridades portuguesas atuaram no sentido de os vigiar e expulsar do país, exercendo sobre estes uma apertada repressão.

A repressão policial portuguesa aos refugiados espanhóis

Foram muitos os espanhóis que abandonaram os seus locais de nascimento ou de residência para se abrigarem em Portugal dos perigos que acreditavam terem de enfrentar caso permanecessem em Espanha. Neste conjunto encontravam-se «verdadeiros refugiados», isto é, espanhóis que se viam obrigados a deixar a sua pátria por recearem vir a ser perseguidos por professarem uma ideologia política contrária à franquista, espanhóis que não possuíam a documentação exigida para entrar em Portugal, especialmente o passaporte, e que por essa razão se encontravam indocumentados, militares, de ambas as fações em confronto, que não pretendiam combater, ou homens e mulheres que, não sendo politicamente ativos, simplesmente queriam encontrar um lugar seguro para si e para as suas famílias, longe dos perigos da guerra. Para César Oliveira, estas deslocações foram motivadas por diversas razões, nomeadamente os confrontos militares entre as forças nacionalistas e as forças republicanas e a consequente ocupação das regiões espanholas por Franco, a repressão nacionalista dirigida à facção republicana e a fuga à convocação militar (Oliveira, 1987: 155-156).

Cite-se, a título de exemplo, o caso de três carabineiros espanhóis que se entregaram às autoridades portuguesas no posto fiscal de Galegos. Aládio Brias Moreno, Francisco Tomaz Duro e Pedro Rodriguez Manso, que prestavam serviço no posto espanhol de Porto Roque, entraram em Portugal, a 16 de agosto de 1936, com o objetivo de se entregarem às forças policiais portuguesas por terem fugido de Badajoz, no dia 11 desse mês, apresentando como motivo para a fuga o facto de «[...] não desejarem fazer fogo contra os seus irmãos de armas e

para provar que as suas declarações são verdadeiras apresentaram as armas e munições que lhe foram distribuídas [...]»¹⁸.

É difícil perceber se os números apresentados pela PVDE relativamente às entradas e às saídas de espanhóis de Portugal incluíam também os que fugiam de Espanha e procuravam um lugar seguro no país vizinho ou se se referem unicamente aos que entravam em Portugal apenas para férias ou por curtos períodos, devendo-se também ter em consideração os motivos económicos, uma vez que existia uma longa tradição de comércio e de contrabando entre os dois países. César Oliveira, um dos primeiros historiadores a estudar a Guerra Civil de Espanha e as suas relações com Portugal, inclina-se para o segundo caso, entendendo que os números indicados pela polícia política não contemplam os refugiados espanhóis que foram repatriados para Tarragona, em outubro de 1936, nem aqueles que foram entregues pela PVDE às autoridades espanholas na fronteira, alvitando a hipótese de poderem fazer referência aos refugiados que, estando escondidos em Portugal, foram capturados pelas forças policiais portuguesas (Oliveira, 1987: 179). A par com os refugiados espanhóis, que aproveitaram as rotas já existentes para entrar no país, também as autoridades portuguesas fizeram uso da vigilância já antes dedicada à repressão do contrabando, prática que se desenvolveu antes, durante e após a Guerra Civil de Espanha. Estes mesmos trilhos foram ainda utilizados ao longo de todo o Estado Novo pelos opositores políticos que pretendiam escapar à repressão do regime salazarista¹⁹.

A captura destes refugiados espanhóis ocorria logo na fronteira, sempre que as autoridades portuguesas detetavam irregularidades na sua entrada ou suspeitavam que estes eram simpatizantes comunistas ou republicanos, mediante a realização de buscas nas zonas montanhosas onde se acreditava que estes pudessem permanecer escondidos ou ainda no caso de denúncia por parte de portugueses ou de outros espanhóis residentes em Portugal.

Sendo assim, de acordo com o Registo Geral de Presos da PVDE, durante a Guerra Civil de Espanha foram detidos cerca de 500 espanhóis, alguns dos quais já se encontravam a residir em Portugal, embora a esmagadora maioria tivesse entrado no país no decorrer do conflito. O maior número de detenções teve lugar durante o ano de 1937, em que se contabilizaram 211 capturas, seguindo-se o ano de 1936, em que se observou 145 detenções,

¹⁸ Arquivo Histórico Militar, Divisão 1/38/38/10, Correspondência que não teve expediente (Guerra Civil de Espanha, 3.º Maço), Ofício do comandante do posto fiscal em Galegos para o Governador Militar de Portalegre, de 16 de agosto de 1936.

¹⁹ Sobre a questão do contrabando ver, entre outros, Freire, Dulce, Rovisco, Eduarda e Fonseca, Inês (coord.) (2009), *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos.

número que decresceu para os 126 registos no ano seguinte, atingindo o valor mais baixo em 1939, ao longo do qual, até ao final da guerra civil, a 1 de abril, foram capturados apenas 14 espanhóis²⁰.

Estes detidos podem ser agrupados em três grandes categorias, de acordo com os motivos que conduziram à sua captura. Assim, a maioria dos cidadãos espanhóis foram detidos por serem refugiados políticos, por estarem indocumentados ou terem entrado clandestinamente no país e para averiguações. Inseriu-se na primeira categoria a detenção de 98 indivíduos, na segunda 155 indivíduos e na terceira 178 indivíduos, num total de 431 espanhóis.

Observou-se entre estes indivíduos a predominância de elementos do sexo masculino (398 homens) relativamente a elementos do sexo feminino (33 mulheres), sendo que a maioria destes espanhóis exercia, à data da detenção, uma profissão relacionada com o setor primário, com destaque para comerciante, empregado no comércio, trabalhador, lavrador, amolador e jornalista. A nível geográfico, uma considerável parte destes indivíduos era oriunda das províncias de Ourense, de Pontevedra e de Badajoz, com 130, 70 e 43 registos, respetivamente.

Tendo em conta estes números e a preponderância que estas províncias assumiram enquanto lugares de origem de espanhóis, facilmente se depreende a importância que os distritos portugueses que com elas estabelecem fronteira tiveram enquanto espaços por onde passou um maior número de refugiados. De facto, é de salientar o destaque que os distritos nortenhos de Viana do Castelo e de Bragança e o distrito alentejano de Beja tiveram neste contexto, uma vez que foram nas suas cidades, vilas, aldeias e lugares montanhosos que se encontraram mais espanhóis em busca de refúgio, tal como se conclui a partir dos relatórios e ofícios emitidos pelas autoridades portuguesas, que constantemente se referiam a essas regiões, assim como a partir das biografias prisionais dos espanhóis detidos pela PVDE, que, não raras vezes, apontavam os postos fronteiriços estabelecidos nessas zonas como tendo sido os responsáveis por essas capturas.

Muitas dessas detenções eram concretizadas mediante a realização de batidas nas regiões montanhosas, onde, por vezes, cooperavam as diferentes forças policiais portuguesas em consonância com as autoridades franquistas, assumindo particular importância neste contexto a zona de Castro Laboreiro, localizada no concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo, que foi uma das mais requisitadas pelos refugiados espanhóis como lugar de refúgio.

²⁰ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos.

No final de agosto de 1936, tendo recebido informações de que se tinham verificado incursões de espanhóis armados em Castro Laboreiro, o comandante do Batalhão N.º 4 da GNR, Aníbal Franco, ordenou ao comandante do posto de Melgaço que organizasse uma busca com o intuito de comprovar a veracidade das informações. Após a realização da busca, o comandante do posto de Melgaço comunicou aos seus superiores que os comandantes dos postos fiscais localizados na região demonstraram não ter conhecimento da entrada de grupos de espanhóis armados em Portugal, informando, no entanto, sobre a captura de 4 indivíduos de nacionalidade espanhola no final do mesmo mês, os quais se encontravam escondidos na freguesia de Castro Laboreiro. Ainda no contexto destas informações, as quais foram prestadas pelo Governador Civil de Viana do Castelo ao Ministério do Interior, Aníbal Franco procurou recolher dados sobre esta situação junto dos postos fronteiriços da 5.ª Companhia, comunicando que no dia 26 de agosto, juntamente com o chefe da Polícia Internacional de São Gregório, fizera uma batida na região, concluindo que se encontravam alguns espanhóis refugiados numa ou noutra aldeia. Este chefe da Polícia Internacional multou alguns portugueses pelo facto de terem dado guarida a refugiados espanhóis, acreditando, no entanto, que essa ajuda foi prestada, não por partilharem os mesmos ideais políticos, mas sim por antigas ligações de amizade que uniam as duas nacionalidades. Perante as informações recolhidas, o comandante da GNR concluía que a presença de espanhóis armados em Castro Laboreiro ter-se-ia ficado a dever a uma possível perseguição movida contra algum espanhol fugitivo e não a uma intenção de passar buscas ou fazer ameaças aos habitantes locais²¹.

Em setembro de 1937, numa informação da polícia política dirigida ao Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, dava-se conta que existiam bastantes espanhóis nas regiões montanhosas de Castro Laboreiro, o que fez com que a PVDE desenvolvesse diversas batidas. No entanto, dada a natureza acidentada do terreno e a sua grande extensão (cerca de 50 quilómetros), essas buscas revelaram-se pouco produtivas, traduzindo-se em poucas detenções, as quais só alcançariam os resultados desejados caso, na opinião da GNR e da Guarda Fiscal, se se utilizassem mais efetivos no desenvolvimento das mesmas. Contudo, no entendimento da PVDE, o perigo que estes espanhóis representavam não justificava tal aumento, o que, a acontecer, obrigaria a mais despesas. Esta informação apontava ainda a

²¹ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 26/1, Cópia da nota confidencial nº46 do Comandante do 4.º Batalhão da GNR para o comando geral da GNR, de 5 de setembro de 1936.

realização de batidas na região de Barrancos, as quais, com a conviência, e por vezes auxílio, das autoridades militares espanholas, tinham como objetivo fazer uma «limpeza da fronteira»²².

Em junho de 1938 realizou-se uma batida, ordenada pelo Comando Geral da GNR, na Serra da Peneda, situada no distrito de Viana do Castelo, a qual teve como principal intuito a captura de refugiados espanhóis. Nesta expedição participaram mais de 30 efetivos pertencentes à GNR e à Guarda Fiscal, o que demonstra a colaboração que existia entre as diferentes forças policiais na repressão e na vigilância aos refugiados espanhóis, evidenciando também este relatório alguns dos principais problemas que as autoridades portuguesas tinham de enfrentar no desenvolvimento desta atividade, nomeadamente os maus caminhos, o piso irregular e pedregoso e a natureza íngreme dos montes e vales. Para a realização desta operação contribuíram as informações que davam conta da possível existência de refugiados na região da Ameijoeira, localizada bastante próxima da fronteira com Espanha. Contudo, ao proceder a algumas perguntas junto das autoridades e de civis locais, o capitão Luís Gonzaga da Silva Domingues, responsável pela operação, tomou conhecimento que os espanhóis que se encontravam na região eram em número reduzido, tendo realizado diversas buscas em alguns lugares por ter sido informado de que no ano anterior muitos refugiados se haviam movimentado nessa zona. Foi neste contexto que a Guarda Fiscal procedeu ao reforço da vigilância da fronteira nessa região, tal como reforçou os postos em Ponta da Barca, Senhora do Penedo e Tibo. Seguiram-se outras buscas em lugares próximos, algumas das quais resultaram na captura de vários espanhóis, embora em número reduzido²³.

A partir das conclusões apresentadas neste relatório podemos compreender a realidade das buscas realizadas pelas autoridades portuguesas em perseguição dos refugiados espanhóis. No entendimento de Luís Gonzaga, não existiam muitos refugiados em Castro Laboreiro, sendo que os poucos que lá se escondiam andavam isolados ou em pequenos grupos, pelo que não possuíam um forte armamento e abrigavam-se em lugares incertos, contando com o auxílio da população portuguesa, que lhes era providenciado por questões de humanidade, por receio ou a troco de dinheiro. Este oficial entendia também que, pelo facto de se encontrarem permanentemente na região, a Guarda Fiscal e a PVDE tinham mais facilidades em capturar espanhóis em relação à GNR. As considerações que Luís Gonzaga teceu relativamente à Serra da Peneda podiam ser aplicadas a outros espaços montanhosos, uma vez que eram referidos os

²² Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo António de Oliveira Salazar, NE-9I, Caixa 372, Pasta 1, Espanhóis indocumentados refugiados ou residentes em Portugal, 6.^a Subdivisão, Informação da PVDE para Oliveira Salazar, de 27 de setembro de 1937.

²³ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Livro 2 PV/V N^o3, Maço 495, NT 369, Relatório do Capitão Luís Gonzaga da Silva Domingues, de 24 de junho de 1938.

principais obstáculos à atuação das autoridades na repressão aos refugiados, nomeadamente a extensa área para vigiar, a escassez de estradas e de caminhos adequados, a falta de recursos humanos e materiais, a quase ausência de vias de comunicação, a natureza montanhosa do terreno e existência de grandes penedos e de vegetação densa. Da mesma forma, também o que este operacional concluiu acerca do apoio prestado aos refugiados pela população portuguesa podia ser transportado para a generalidade do auxílio providenciado aos cidadãos espanhóis. No entendimento de Luís Gonzaga, o apoio português aos refugiados era justificado, essencialmente, pelo isolamento que a região de Castro Laboreiro tinha de enfrentar, o que fez com que a população raiana estabelecesse ligações de maior proximidade com os vizinhos espanhóis, sendo de presumir que outras povoações fronteiriças se encontrassem na mesma situação.

Estas buscas foram realizadas com maior frequência e intensidade na região norte de Portugal, dada a natureza montanhosa e acidentada do terreno, que favorecia a ocultação de refugiados, conforme atestam os diferentes relatórios e ofícios elaborados pelas autoridades portuguesas. No caso do Alentejo, onde também se verificou uma assinalável repressão contra os indivíduos espanhóis que procuravam ocultar-se em Portugal, as autoridades portuguesas optaram por concentrar os refugiados que iam capturando na fronteira e nas localidades raianas em espaços onde lhes fosse mais fácil exercer uma maior vigilância e controlo. Neste contexto, destacou-se a região de Barrancos, onde muitos refugiados foram concentrados em herdades, sendo posteriormente repatriados para Tarragona, a 10 de outubro de 1936.

De acordo com uma relação da existência de presos estrangeiros em Portugal, datada de 25 de setembro de 1936, encontravam-se 496 espanhóis detidos no país, sendo que mais de metade estavam no Forte de Caxias (255), seguindo-se Bragança, onde permaneciam 99 nacionais espanhóis. Na região do Alentejo, compreendendo as localidades de Barrancos, Campo Maior, Elvas e Moura, encontravam-se 108 espanhóis detidos, a maioria dos quais em Elvas (61)²⁴.

Apesar de nesta relação se indicar a existência de apenas 8 espanhóis presos em Barrancos, o certo é que a maioria dos refugiados repatriados para Tarragona era oriundo dessa região, num total de cerca de 1 000 indivíduos (Simões, 2018: 113). A estes espanhóis juntaram-se outros que se encontravam detidos no Forte de Caxias, no Forte da Graça, localizado em Elvas, nas várias delegações da PVDE e nas diversas unidades militares, sendo

²⁴ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo António de Oliveira Salazar, IN-8C, Caixa 332, Pasta 1.

de salientar a presença de 20 oficiais, 29 sargentos e cabos e 20 mulheres e crianças, num total de 1 445 repatriados (Lopes, 2017: 105).

A grande maioria dos refugiados que estavam em Barrancos encontravam-se concentrados na Herdade da Coitadinha e na Herdade das Russianas, cuja vigilância estava a cargo de António Augusto de Seixas, tenente da Guarda Fiscal de Safara, que desempenhou um papel de destaque no auxílio aos refugiados espanhóis e na operação de repatriamento destes cidadãos espanhóis, razão pela qual acabou por ser castigado pelo regime salazarista.

O tenente Seixas concretizou diversas tarefas no contexto do repatriamento destes refugiados, nomeadamente no caso do transporte dos mesmos a partir de Barrancos. Com efeito, este oficial da Guarda Fiscal conduziu um dos camiões onde seguiram os refugiados até Moura, lugar onde ficaram a aguardar por um comboio que os levasse até Lisboa, de onde seguiriam a bordo do vapor *Niassa* até à Catalunha espanhola. Entre a chegada a Moura e a partida para Lisboa, os refugiados foram concentrados na praça de touros dessa primeira localidade, em virtude de, dado o seu elevado número, não ter sido possível seguir a ideia inicial de instalá-los em armazéns. No caminho até ao comboio estes indivíduos foram escoltados pela GNR e pela PSP para impedir qualquer espécie de contacto com a população portuguesa, um dos principais receios do regime salazarista (Simões, 2007: 99).

Após o repatriamento, o tenente Seixas acabou por sofrer um processo disciplinar, no qual era suspeito de prestar auxílio aos refugiados, nomeadamente ocultando a presença de alguns destes, após se ter observado alguma diferença entre o número de refugiados que era do conhecimento das autoridades portuguesas e o número real de espanhóis que se encontravam na zona cuja vigilância estava a seu cargo.

Em sua defesa, num relatório cujo título era *Esclarecimentos sobre factos passados relativos à invasão de foragidos espanhóis (comunistas) na zona de Barrancos em setembro de 1936 prestados pelo Comandante da Secção Fiscal de Safara, conforme ordens ou informações chegadas ao seu conhecimento*, o tenente Seixas referiu que tivera conhecimento dessa ação de repatriamento apenas no dia 8 de outubro de 1936 e que, na falta de um motorista para uma das camionetes, ele próprio se encarregara de conduzir uma até à Herdade das Russianas, afirmando que daí transportou 45 espanhóis (35 crianças, 9 mulheres e 1 homem) até Moura, deixando-os à vigilância da PSP. Nessa localidade estavam pouco mais de 1 000 refugiados prontos para seguir até Lisboa, estando este número longe dos 614 espanhóis de que

as autoridades portuguesas afirmavam ter conhecimento²⁵. Na sequência da instauração deste processo disciplinar, o tenente Seixas viu ser-lhe suspensa a sua atividade na Guarda Fiscal, em novembro de 1936, passando posteriormente à reforma, concluindo-se que havia permitido a concentração de inúmeros espanhóis na zona que estava encarregue de fiscalizar, que tinha ocultado a existência de campos de refugiados e que havia omitido das restantes autoridades o número certo de refugiados que se encontravam abrigados nessa região (Espinosa Maestre, 2007).

Com efeito, no despacho emitido por Salazar, datado de 4 de novembro de 1936, António Augusto de Seixas foi acusado de não ter seguido as ordens do Subsecretário de Estado da Guerra, do Comandante da 4.^a Região Militar e do Comandante Geral da Guarda Fiscal e de ter permitido que algumas centenas de refugiados espanhóis se concentrassem junto à Choça do Sardinheiro, organizando uma campo de concentração, sem disso dar conhecimento aos seus superiores. Pretendendo ocultar a concentração de espanhóis nessa zona, a qual teve início a 21 de setembro desse ano, o tenente Seixas terá prestado informações pouco precisas, evasivas e incompletas. Este oficial foi ainda acusado de ter impedido que um oficial do Batalhão de Caçadores 4 cumprisse a ordem de expulsar esses refugiados de Portugal, garantindo-lhe que a PVDE já tinha conhecimento da situação. No entanto, esta polícia afirmava saber da existência de apenas 17 espanhóis nessa região, sendo que foi apenas a 7 de outubro que o tenente Seixas terá comunicado às autoridades militares a presença de 180 refugiados nesse local, quando, na realidade, o número real era muito superior²⁶.

Esta ação do tenente Seixas representa um dos casos mais exemplares do auxílio português aos refugiados espanhóis, quanto a nós apenas ultrapassável em termos de apoio humanitário pela atuação do cônsul português Aristides de Sousa Mendes no contexto da ajuda providenciada a judeus e a outros refugiados da II Guerra Mundial. Na sequência de tais atitudes, ambos acabaram por ser destituídos das suas funções e por ter as carreiras destruídas. No entanto, muitos outros portugueses, simples habitantes raianos, não deixaram de prestar auxílio aos refugiados espanhóis sob diversas formas, acabando, por isso, por também sofrerem a repressão do regime salazarista e serem detidos.

²⁵ Arquivo Histórico Militar, 1.^a Divisão, 38.^a Secção, Caixa 63-2, Ministério da Guerra, Correspondência referente à Guerra Civil de Espanha. Relatório do tenente António Augusto de Seixas, de 19 de outubro de 1936.

²⁶ Arquivo Histórico Militar, Divisão 1/38/38/08, Ministério das Finanças, Correspondência referente à Guerra Civil de Espanha, 1936-1938, Despacho de António de Oliveira Salazar, de 4 de novembro de 1936.

Conclusão

A nacionalidade espanhola foi uma das nacionalidades estrangeiras que mais marcou presença em Portugal, favorecida pela proximidade geográfica e pelo desenvolvimento de ligações comerciais, da mesma forma que também os portugueses tinham uma considerável representação no país vizinho. Por este facto, a fronteira terrestre era a principal via de acesso a Portugal, sendo os cidadãos espanhóis os que mais a atravessavam nos inícios do Estado Novo, seguindo-se indivíduos oriundos de outros países relativamente próximos de Portugal, tais como Alemanha e França.

No entanto, com o início da Guerra Civil de Espanha assistiu-se a uma diminuição no número de estrangeiros que entravam e saíam de Portugal, fruto de um maior controlo das fronteiras, especialmente a terrestre, e do aumento da vigilância e da repressão, receando o regime salazarista o contacto da população portuguesa com estrangeiros que poderiam ser portadores de ideias consideradas modernas e subversivas, nomeadamente as que se relacionassem com a ideologia comunista.

Para levar a cabo essa vigilância e repressão, o regime salazarista procedeu à criação de novos postos fronteiriços da PVDE, alguns dos quais, juntamente com os de outras forças policiais, foram reforçados com efetivos, sobretudo da GNR e da Guarda Fiscal, sendo constantes as queixas de que o número de efetivos que se encontrava em serviço era insuficiente para desenvolver uma fiscalização eficaz, muito por força da extensa área da fronteira.

Apesar desta dificuldade, a que se somava também a carência de meios técnicos e materiais, muitos foram os refugiados espanhóis detidos pelas autoridades policiais portuguesas durante a Guerra Civil de Espanha, número que se aproximou dos 500 indivíduos, a maioria dos quais era originária de localidades próximas da fronteira. Destes, grande parte foi entregue às tropas franquistas após passar pelas prisões portuguesas, procedendo as autoridades portuguesas de forma implacável contra aqueles que entravam em Portugal indocumentados ou de forma clandestina.

Muitas dessas capturas foram concretizadas com o recurso à realização de batidas nas regiões montanhosas de Portugal, onde, pelas facilidades de ocultação que aí encontravam, inúmeros refugiados permaneciam escondidos. Essas operações traziam sempre diversos problemas para as forças policiais portuguesas, a maioria dos quais se relacionava com a natureza irregular e acidentada do terreno, que proporcionava bons esconderijos para os indivíduos espanhóis, e com a grande extensão da aérea que tinham de vigiar, comparativamente aos poucos efetivos de que dispunham.

Por outro lado, outros refugiados conseguiram iludir a vigilância e a repressão do regime salazarista e, escapando à prisão certa, permaneceram escondidos em Portugal durante meses e anos, contando, para isso, com a ajuda da população portuguesa e até de alguns agentes da autoridade, como se verificou no caso do tenente Seixas, que desrespeitaram as ordens superiores e atuaram de forma humanitária e solidária.

No fenómeno do refúgio de espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil de Espanha observou-se uma atitude colaborante do regime salazarista para com a causa nacionalista, visível no desenvolvimento de uma vigilância e de uma repressão mais intensas, onde colaboraram as diferentes forças policiais e militares, tais como PVDE, GNR, PSP, Guarda Fiscal e Exército, e que, na prática, levaram a que muitos desses refugiados fossem detidos e entregues às autoridades espanholas.

Bibliografia

Bei, Gao (2013), *Shanghai Sanctuary. Chinese and Japanese Policy toward European Jewish Refugees during World War II*, Oxford, Oxford University Press.

Candeias, Maria Fernanda (1997), *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Clímaco, Cristina (2017), *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio (1927-1936)*, Lisboa, Edições Colibri.

Cunha, Luís (2006), *Memória Social em Campo Maior*, Lisboa, Dom Quixote.

Delgado, Iva (1980), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Dreyfus-Armand, Geneviève (2000), *El Exilio Republicano en Francia*, Barcelona, Editorial Critica.

Espinosa Maestre, Francisco (2007), “Barrancos, 1936: O caso do tenente Seixas e a aventura do Niassa” em Dulce Simões, *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha*.

Memórias e Testemunhos, 1936, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Barrancos, pp. 119-147.

Faria, Fábio (2017), “Refugiados em Portugal, Fronteira e Vigilância no Tempo da Guerra Civil de Espanha”, *Revista Portuguesa de História*, 48, Coimbra, pp. 61-84.

Freire, Dulce, Rovisco, Eduarda e Fonseca, Inês (coord.) (2009), *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos.

Holfter, Gisela (ed.) (2006), *German-Speaking Exiles in Ireland, 1933-1945*, Amsterdam/New York, Rodopi.

Lopes, Moisés (2017), *Refugiados Espanhóis em Portugal (1936-1938): o Caso de Elvas*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Maurras, Michael Robert (2002), *The Unwanted: European Refugees from the First World War Through the Cold War*, New York, Temple University Press.

Milgram, Avraham (2010), *Portugal, Salazar e os Judeus*, Lisboa, Gradiva.

Newton, Ronald C. (1982), “Indifferent Sanctuary: German-Speaking Refugees and Exiles in Argentina, 1933-1945”, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 4, Centre for Latin American Studies at the University of Miami, pp. 395-420.

Oliveira, César (1995), *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas. Política e Economia*, Lisboa, Edições Cosmos.

Oliveira, César (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal.

Ortuño Martínez, Bárbara (2010), *El Exilio y la Emigración Española de Posguerra en Buenos Aires, 1936-1956*, Tesis Doctorales, Alicante, Universidad de Alicante.

Pimentel, Irene Flunser (2006), *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em Fuga de Hitler e do Holocausto*, Lisboa, Esfera dos Livros.

Ribeiro, Maria da Conceição (1995), *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa.

Schaefer, Ansgar (2014), *Portugal e os Refugiados Judeus Provenientes do Território Alemão, 1933-1940*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Schwarzstein, Dora (2001), *Entre Franco y Perón. Memoria e Identidad del Exilio Republicano Español en Argentina*, Barcelona, Editorial Critica.

Simões, Dulce (2007), *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e Testemunhos, 1936*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Barrancos.

Simões, Dulce (2016), *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola. Resistências, Solidariedades e Usos da Memória*, Lisboa, Edições Colibri.

Simões, Dulce (2018), “Exilados e Refugiados na Fronteira Luso-Espanhola do Baixo-Alentejo nos Séculos XIX e XX”, *O Pelourinho*, Nº 22, Diputación de Badajoz, pp. 95-122.

Tammes, Peter (2007), “Jewish Immigrants in the Netherlands During the Nazi Occupation”, *The Journal of Interdisciplinary History*, 4, Massachusetts, Institute of Technology Press, pp. 543-562.